



EFEITO FELCA

Exploração infantil vira cabo de guerra

Regulação das redes sociais é vista como solução pelo governo para a proteção de crianças no ambiente digital, mas oposição diz que responsabilizar plataformas significa censurar a liberdade de expressão, e defende penas mais rigorosas

» WAL LIMA

Adultização de crianças — denunciada pelo youtuber Felipe Bressanim Pereira, o Felca, em vídeo que viralizou — uniu esquerda e direita no debate sobre a urgência de garantir a segurança infantil no ambiente digital, mas virou um cabo de guerra sobre as formas como essa proteção será assegurada.

A regulação das redes sociais é vista como solução pelo Planalto, que anunciou o envio de proposta sobre o tema ao Congresso nos próximos dias. Parlamentares bolsonaristas afirmam, porém, que esse é um meio de o governo tentar se apropriar da pauta para censurar a liberdade de expressão nas plataformas digitais. Eles defendem medidas como castração química e aumento de penas para pedófilos.

Em entrevista ao **Correio**, o líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS), afirmou que o governo, “de forma hipócrita e oportunista”, está utilizando uma pauta extremamente importante para tentar aprovar a regulação das redes.

“Essa é uma pauta que todos nós tratamos com muita atenção e seriedade. Trata-se da proteção das nossas crianças, um tema que exige responsabilidade e compromisso verdadeiro com o bem da nação”, afirmou. “No entanto, os mesmos que recentemente incentivaram atos como a exposição de homens nus em nome da ‘cultura’ e que, em votações, tratam estupradores e pedófilos como vítimas da sociedade, agora tentam se apropriar do debate. Eles se aproveitam do momento de comoção para tentar impor uma censura disfarçada de moralização.” Na avaliação do parlamentar, o endurecimento das leis — e não na regulação das redes — é a saída para combater o problema.

Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei 2.857/2019, que aumenta em um terço a pena para o crime de aliciamento de crianças e adolescentes por meio da internet (**leia reportagem abaixo**).

Durante a reunião, a oposição usou o debate para atacar pautas defendidas pela esquerda, como fez o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que criticou a presença de

crianças e adolescentes em eventos de movimentos LGBTQIA+.

“Vamos falar de **adultização**, senhores? Agora, vamos pegar no calo deles. Então, vamos ser contra crianças estarem, por exemplo, na parada LGBT, onde se tem um monte de música que sexualiza a criança, gente nua, música promíscua, de baixo calão. Ninguém vai falar disso agora?”, disparou. “O STF está prestes a liberar crianças na parada LGBT. (...) Ninguém aqui está atacando. Eu não estou querendo fazer aqui palanque político, não”, jurou.

Ele acusou a esquerda de “se apropriar” do vídeo de Felca para justificar a regulação das redes sociais. “Na verdade, não estão denunciando nada, porque não fizeram nada contra o problema. Apenas se aproveitaram da sensatez e da popularidade do rapaz para ter uma oportunidade de colocar, de fato, o que querem: a regulamentação das redes. Nem disfarçaram.”

“Expressão de ódio”

A deputada Erika Hilton (PSol-SP) rebateu os ataques de Nikolas à comunidade LGBTQIA+. Ela disse que a oposição tenta confundir o debate sobre adultização, misturando temas que não estavam sequer em discussão.

“Como sempre, eles confundem, expressam o seu ódio, sua violência e seu preconceito. Agora, resolveram transformar um tema tão sério em algo que parece novidade. Eu falei ontem no plenário e repito: será que os deputados só descobriram que isso acontece depois do vídeo de um influenciador?”, questionou.

A parlamentar é defensora da regulação das redes sociais. “O que eu adianta aumentar a pena se não criarmos um ambiente seguro? Se não houver regulamentação das redes, essas coisas vão continuar acontecendo. Não é apenas por meio de penas e punições que vamos resolver. A regulamentação é fundamental para esse controle.”

Já a deputada Maria do Rosário (PT-RS) ressaltou que a oposição quer transformar o tema em disputa política. “Fomos nós que criamos a Lei do Feminicídio, a Lei Maria da Penha e as leis de proteção à infância contra a pedofilia e a pornografia

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



A CCJ da Câmara aprovou projeto em resposta à pauta da adultização de crianças e adolescentes, mas adiou a votação de outra proposta



Não fizeram nada contra o problema. Apenas se aproveitaram da sensatez e da popularidade do rapaz para ter uma oportunidade de colocar, de fato, o que querem: a regulamentação das redes”

Nikolas Ferreira (PL-MG), deputado federal

Risco à infância

O youtuber Felca publicou um vídeo que já tem 35 milhões de visualizações em que faz um compilado de denúncias sobre influenciadores que abusam da imagem de crianças, mostra como o algoritmo funciona para entregar esse tipo de conteúdo para pedófilos e entrevista uma psicóloga especializada para falar sobre o perigo da exposição nas redes sociais para as crianças e adolescentes.

infantil. Enquanto isso, o que eles fizeram foi permitir que as redes sociais se tornassem uma terra sem lei”, sustentou. “Espero sinceramente que não tentem atrapalhar o movimento legítimo que o Brasil está fazendo agora pela regulamentação das redes. Faremos todo o possível para que criminosos sejam identificados e presos. Quem comete crimes sexuais contra crianças deve estar na prisão”, declarou.

Em busca de alternativas para combater a adultização e sexualização de crianças nas redes sociais, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou, na terça-feira, a criação



Se não houver regulamentação das redes, essas coisas vão continuar acontecendo. Não é apenas por meio de penas e punições que vamos resolver. A regulamentação é fundamental para esse controle”

Erika Hilton (PSol-SP), deputada federal

de um grupo de trabalho que apresentará, em 30 dias, uma proposta para garantir a segurança infantil na internet.

Além do GT, uma comissão, com parlamentares e especialistas, se reunirá na quarta-feira, às 9h, para debater o tema no plenário da Casa.

Oitiva de big techs

No Senado, requerimento da senadora Eliziane Gama (PSD-MA) foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ontem, convocando uma audiência pública com representantes das principais plataformas digitais que atuam no Brasil.

A audiência, que ainda terá a data definida, deve contar com representantes de Meta, YouTube, Telegram, TikTok e Kwai, além do Ministério Público Federal, Polícia Federal e Defensoria Pública da União. Também está previsto convite ao influenciador Felca.

No requerimento, Eliziane afirma que o material apresentado pelo influenciador “revela, de forma assustadora, o fenômeno da adultização de menores de idade” e que “as acusações mostram não só a fragilidade de jovens expostos inadequadamente, mas também a falta de eficácia das ferramentas de proteção usadas hoje pelas plataformas”.

CCJ da Câmara aprova projeto que endurece penas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou projeto de lei em resposta à pauta do combate à adultização de crianças e adolescentes nas redes sociais, tema que ganhou popularidade pelo youtuber Felca.

O texto, de autoria da ex-deputada federal Sheridan (sem partido-RR), aumenta a pena ao crime de aliciamento de crianças e adolescentes quando cometido em um aplicativo de comunicação. A relatora é a deputada Laura Carneiro (PSD-RJ). “No mérito, entendo que o texto chega para análise em boa hora, considerando o grave e importante relato trazido pelo youtuber Felca sobre a ‘adultização’ de crianças, oportunidade na qual apresentou casos sérios de exploração e sexualização de menores nas redes sociais, com amplo material audiovisual”, argumentou a parlamentar.

O presidente do colegiado, Paulo Azi (União-BR), decidiu colocar

para votação esse e mais um projeto de lei por entender que a gravidade do tema exigia uma resposta da comissão.

A segunda proposta, do deputado Fred Costa (PRD-MG), autoriza delegados e Ministérios Públicos a solicitarem diretamente às plataformas, às redes sociais e aos meios de comunicação material que possa subsidiar denúncias no âmbito de investigação criminal de abuso, violência ou exploração sexual de criança ou adolescente, sem necessidade de autorização judicial.

Esse segundo projeto de lei acabou sendo retirado de pauta, em razão da ausência do relator, deputado Paulo Bilynskij (PL-SP). “Esta presidência conhece a gravidade da situação e entende a necessidade de fortalecermos o arcabouço legal, para essas ações efetivamente serem enfrentadas e coibidas”, disse Azi, que também mencionou o vídeo de Felca.

Reprodução/X pessoal



O vídeo postado por Felca superou 35 milhões de visualizações

Saiba mais

O que diz o texto das duas propostas:

» O projeto de lei da deputada Shéridan impõe a pena de um a três anos de prisão para quem facilitar o acesso a conteúdo pornográfico para crianças e assediar crianças para fazê-las se exibirem de forma sexualmente explícita. Se esses crimes forem cometidos por meio de aplicativo de comunicação via internet, a pena é aumentada em um terço.

» A segunda proposta, de autoria de Fred Costa, prevê que plataformas devem ser obrigadas a fornecerem dados a autoridades investigativas para apuração de crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

» O texto passou por alteração na CCJ por parte do relator, deputado Paulo Bilynskij (PL-SP). A

mudança foi feita para impor alguns limites a quais informações ou a quem poderiam ser requisitadas sem autorização judicial.

» No novo texto, Bilynskij estabelece que o delegado de polícia ou membro do Ministério Público pode pedir, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais de um investigado por crime de abuso, violência ou exploração sexual de criança sem precisar de autorização judicial.

» Os órgãos públicos ou empresas terão até 10 dias para atender à demanda. Caso alguém recuse, atrase ou omita dados, a pessoa está sujeita a um a três anos de prisão; no caso de crime culposos, três meses a um ano de detenção.